

Cabo Verde e a Educação: ganhos e desafios

► Vera Duarte Lobo de Pina*

Entre muitos desafios assumidos, com a independência do país em 1975, a Educação, enquanto aposta estratégica, constituiu-se na prioridade das prioridades face a uma população de 275.613, no ano de 1979, em sua maioria analfabeta (63%). O Ensino Básico elementar de quatro anos não acessível a todas as crianças, o ensino secundário circunscrito apenas a um número muito reduzido de alunos e um corpo docente para os dois níveis, na sua maioria sem formação adequada (apenas cerca de 19%, com formação considerada adequada).

O quadro nº 1 seguinte referente ao ano lectivo de 1984/1985 ilustra bem a situação à data, na área da Educação, nas ilhas de Cabo Verde, decorridos quase cinco anos sobre a data da independência, contrastando com o quadro nacional que hoje se apresenta em termos de estruturas físicas de acolhimento, conforme exemplifica o quadro nº 2.

Quadro nº 1 – Dados relativos ao ano lectivo 1984/1985

Nível	Nº alunos	Total Professores	% Prof. habilitados	Nº Estabelecimentos de Ensino	Nº de Salas de aula	Regime de utilização de sala	
						Dupla	Tripla
EBE	47.232	1.588	14,9%	256	679		291
EBC	8.972	261	7,6%	15	140	140	
ES	4.135	170	37,6% *	3	--		

(*) formação específica

Quadro nº 2 – Número de jardins e escolas

Subsistemas	1975/1976	1990/1991	2000/2001	2008/2009
Educação Pré-escolar		203	384	492
Ensino Básico	33	370	420	418
Ensino Secundário	3	8	29	44
Ensino Médio		2	3	3
Ensino Superior			4	10

Sem recursos naturais, convivendo com uma situação de seca permanente, Cabo Verde apostou desde sempre na valorização do factor humano enquanto sua principal riqueza, investindo fortemente na Educação, considerada sector chave de desenvolvimento. A Educação para o Desenvolvimento é tido como um desígnio nacional, constituindo a capacitação Profissional uma prioridade e uma aposta que está sendo gradualmente ganha.

* Ministra da Educação e Ensino Superior, Cabo Verde. E-Mail: vera.duarte@cndhc.gov.cv

O Orçamento destinado à Educação, que ainda muito recentemente oscilava entre os 20% e 23%, devido aos expressivos investimentos em infra-estruturas escolares que o Sistema bem precisava, oscila, actualmente, entre os 16% e 17%, sendo o PIB na ordem dos 7.1.

Com a Lei de Bases do Sistema Educativo cabo-verdiano, o sistema educativo passou a compreender: **a Educação Pré-escolar; a Educação Escolar** - que desenvolve-se sequencialmente em três níveis, a saber, os ensinos básico, secundário e superior, com finalidades próprias, e **a Educação Extra-escolar**. Um Serviço Social Escolar incorporado ao Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar – ICASE, assegura o apoio social escolar a alunos e estudantes nos diferentes níveis de ensino – particularmente, aqueles provenientes de famílias socialmente carenciadas através do Programa de Cantina Escolar que oferece uma refeição quente, actualmente, a cerca de 95.000 crianças matriculadas no Pré-Escolar e no Ensino Básico Integrado (EBI), constitui objectivo imediato do Governo: a elaboração e implementação do primeiro Programa Nacional de Cantinas Escolares; a implementação de um Programa de Saúde Escolar; o reforço do Programa de pagamento de transporte escolar, a atribuição de subsídios e bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior; o pagamento de propinas escolares e acesso a lares de estudantes escolares e ainda a distribuição gratuita de material didáctico-pedagógico. Sendo o apoio social escolar nas suas diferentes modalidades uma opção estratégica de apoio a alunos e estudantes, sobretudo os mais economicamente desfavorecidos, a identificação e disponibilidade de parceiros nacionais e internacionais, para ajudarem Cabo Verde, torna-se fundamental para a continuidade e sustentabilidade das importantes medidas de apoio social em curso.

O sistema educativo cabo-verdiano assume claramente, a partir da importante reforma educativa operada em 1994/95, o objectivo maior de promover um ensino de qualidade e gerar competências, cada vez mais familiarizado com as novas tecnologias e com os avanços da ciência e produção de conhecimento, dando assim corpo ao direito à educação consignado na Constituição, sob a responsabilidade do Estado, mas também com base na parceria e na iniciativa privada, cada vez maior população estudantil. O quadro nº 3 a seguir elucida bem o peso da população estudantil cabo-verdiana no cômputo geral residente e que em 2008, situa-se em cerca de 499 796 habitantes.

Quadro Nº 3 – População Estudantil

Subsistemas	1990/1991	2000/2001	2008/2009
Educação Pré-escolar	12.464	19.810	22.191
Ensino Básico	69.823	90.640	* 73.264
Ensino Secundário	9.071	44.748	53.181
Ensino Médio		518	854
Ensino Superior		717	8.467

* Redução devido à diminuição da taxa de natalidade, traduzindo-se diminuição de quase 2000 alunos-ano.

Na **Educação Pré-Escolar (EPE)**, onde a iniciativa privada é predominante, a taxa de cobertura situa-se à volta dos 60,3% (crianças em idade escolar, de 3 a 5 anos). O enquadramento institucional, o controle do subsistema o acompanhamento didáctico-pedagógico e a formação dos agentes educativos, sob a responsabilidade directa do Estado, constituem ganhos reconhecidos. Tratando-se de um subsistema considerado alicerce e determinante para o sucesso do percurso de todo o aluno, existe já um conjunto de medidas de política em curso consideradas estratégicas, nomeadamente as que se prendem com o alargamento da taxa de cobertura, beneficiando as famílias mais necessitadas, com a materialização de um programa de formação, de implementação faseada, e de aperfeiçoamento dos agentes educativos inseridos numa abordagem integrada da pequena Infância, registrando, ainda, o apoio às crianças com uma refeição quente, através da cantina escolar. O desenvolvimento de uma Educação Pré-Escolar enformada por uma política integrada da pequena infância, dispendo de um quadro de agentes educativos com formação e inseridos numa carreira específica, constitui, certamente, um desafio que o Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES) pretende vencer a curto prazo.

O **Ensino Básico Integrado (EBI)**, de seis anos, é de carácter obrigatório e universal. O Estado proporciona a todas as crianças cabo-verdianas em idade escolar, os seis anos de escolaridade completamente gratuito. As taxas de escolarização bruta e líquida nesse nível de ensino situam-se presentemente em 105,7% e 88,7%, respectivamente. Actualmente, um total de 73.264 crianças encontram-se matriculadas neste nível de ensino. A percentagem de reprovações situa-se à volta dos 10,1% e a taxa de abandono é de 2,0% (ver quadro nº 4). O rácio alunos/professor e alunos/turma é de 24 e o número de alunos femininos é de cerca de 47,9%. A Educação Especial, com ênfase na integração escolar das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) vai se afirmando cada vez mais, na perspectiva de uma educação inclusiva.

Quadro nº 4 - Taxas de Aproveitamento

Subsistemas	Indicadores	1990/1991	2000/2001	2008/2009
Ensino Básico	% de aprovação	75,00%	84,3%	87,9%
	% de reprovação	19,30%	13,4%	10,1%
	Taxa de abandono			2,0%
	Taxa de transição aparente	-	70,7%	82,9%
	Taxa de transição real	-	-	93,4%

A universalização do acesso à escolaridade básica e gratuita de seis anos constitui uma importante conquista da população cabo-verdiana que viu a percentagem de professores qualificados aumentar consideravelmente, passando para 86,4% em 2008/2009 (ver quadro nº 5). O desafio que agora é aceite e assumido na nova Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) em fase de aprovação, consiste no alargamento dos actuais seis anos de escolaridade gratuita, assumindo-se, desde já, a implementação de uma escolaridade obrigatória e gratuita de oito anos (6 anos do EBI e mais 2 anos do Ensino Secundário), ao mesmo tempo que se elege 2015 como o ano indicador a partir do qual se fará garantir a todos os cabo-verdianos uma escolaridade obrigatória de 12 anos. Trata-se de mais um importante desafio a ser ganho, certamente, em resposta ao lema actual estabelecido pelo Sector da Educação: “Para Novos Desafios, Novas Respostas”

Quadro nº 5 – Professores Formados

Subsistema	2000/2001			2008/2009		
	Total	Mulheres	% Mulheres	Total	Mulheres	% Mulheres
Educação Pré-escolar	57	57	100%	277	277	100%
Ensino Básico	2.160	1.492	69,1%	2.643	1813	68,6%
Ensino Secundário	1.175	486	41,4%	2.005	896	44,7%
Ensino Médio	46	26	56,5%	51	31	60,8%
Ensino Superior	26	4	15,4%	894	363	40,6%

O Ensino Secundário (ES), com duas vias, geral e a técnica, tem a duração de seis anos distribuídos por três ciclos de dois anos cada. O 1º ciclo é de informação e sensibilização, o 2º ciclo é o de consolidação e orientação escolar e profissional e o 3º ciclo é o de vocação e especialização, orientado para a formação vocacional, tecnológica e profissionalizante. A via geral do ensino secundário visa à preparação do aluno para o prosseguimento de estudos (médio e superior), facilitando a adaptação à vida activa. A via técnica, onde a vocação tecnológica ganha contornos reforçados, tanto em nível de especialização, quanto de

actividades práticas, desenvolve-se nas chamadas escolas técnicas e possibilita ao aluno duas alternativas: a do ingresso imediato na vida activa, a seguir à conclusão da formação complementar profissionalizante, e de continuação dos estudos em nível superior, na área correspondente.

A vinculação das escolas básica e secundária à educação tecnológica e ao mundo do trabalho tem significado, na prática, à implementação de importantes medidas inovadoras que marcam a diferença e estabelecem o ponto de ruptura com o já tradicional conhecimento teórico, desgarrado da prática, do fazer e do saber fazer. O Programa “Mundu Novu”, - as Tecnologias de Informação e Comunicação ao serviço do Ensino em Cabo Verde - significa, no dizer do Primeiro Ministro, Dr. José Maria Neves, *“Proporcionar o acesso dos jovens a uma possibilidade infinita de informação e conhecimento, através da Internet, contribuindo para uma juventude mais criativa, inovadora, empreendedora e capaz de construir um Mundo Novo em Cabo Verde.”* Por outro lado, a implementação em crescendo e o funcionamento de Unidades Formativas (UF) nas escolas secundárias da via geral, que resulta de uma inteligente articulação entre os Ministério da Educação e Ensino Superior e do Trabalho e da Formação Profissional, tem como principal objectivo o *“enquadramento de jovens em actividades de formação de curta duração, capacitando-os e garantindo a inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho”*

No prosseguimento da necessária qualidade do ensino que se vai gradualmente construindo, constituindo-se em uma prioridade para o Sistema Educativo e para o desenvolvimento de Cabo Verde, depois da bem sucedida democratização do ensino, a Revisão Curricular (RC), conseguida e em início de implementação no presente ano lectivo (2009/2010) constitui uma outra medida inovadora que marca, igualmente, a diferença com relação à anterior reforma educativa. Da organização das componentes curriculares da nova RC resultam novas realidades construídas de conhecimento assentes em novas abordagens e dimensões humanística, artística, científica, tecnológica, física e desportiva, orientadas para a formação integral do educando, na perspectiva de um cidadão consciente e responsável, que cultiva, defende e preserva os valores nacionais e universais.

Actualmente, as taxas de escolarização bruta e líquida no ensino secundário situam-se nos 71,8% e 62,4%, respectivamente. A percentagem de reprovação (de taxa de repetência) situa-se, hoje, à volta de 24,5% (ver quadro nº 6). A proporção de meninas nos efectivos do ensino secundário é de 53,6%, ligeiramente superior à de rapazes. No tocante ao corpo

docente, 75,8% dos professores do Ensino Secundário tem formação considerada suficiente para o ensino.

Quadro nº 6 – Taxas de Aproveitamento

Subsistema	Indicadores	1990/1991	2000/2001	2008/2009
Ensino Secundário	% de aprovação	65,00%	66,7%	67,4%
	% de reprovação	30,50%	29,0%	24,5%

Cabo Verde tem adoptado uma política de valorização progressiva dos recursos humanos provenientes de uma população essencialmente jovem e dinâmica, contrapondo-se, assim, aos constrangimentos naturais e à natureza frágil da sua economia. A qualificação da mão-de-obra disponível é determinante para poder estimular a instalação de empresas de produção, atrair o investimento externo e desenvolver o turismo em potência. Resulta deste entendimento a importância do desenvolvimento do **Ensino Secundário Técnico** (EST), profissionalizante, articulado com a Formação Profissional, com o enfoque na formação técnico-científico, entendida a capacitação profissional como um factor impulsionador do desenvolvimento económico e sustentado.

A partir de 2001 verificou-se uma reorientação das políticas no sector educativo, particularmente na sua vertente Ensino Técnico, inserida numa estratégia global de desenvolvimento sustentado do país. Nos últimos cinco anos imprimiu-se uma maior articulação entre o Ensino Técnico e a Formação Profissional, através de medidas de reforço da pertinência e da qualidade deste ensino com a implementação de novos planos de estudo, novos cursos, com o reforço da formação gestores, de professores e de monitores para o Ensino Técnico, e o reequipamento das escolas técnicas, particularmente laboratórios, oficinas e salas de informática.

Para além de ministrarem cursos técnicos ditados pelas necessidades do mercado do trabalho e do mundo empresarial, as Escolas Técnicas disponibilizam a todos os jovens cursos profissionais que podem conferir certificados de nível 3 – após o 10º ano, ou certificados de nível 4 – após o 12º ano. A qualidade do Ensino Técnico, hoje ministrado nas nossas escolas, a sua credibilidade e aceitação social, está bem patente através da grande procura pela camada jovem e o elevado desempenho profissional dos quadros formados. Para estes ganhos têm contribuído políticas educativas acertadas e as exemplares e frutuosa cooperação/parceria com países amigos, cuja continuidade se revela necessária para a consolidação da política formativa em nível das escolas técnicas.

Constituindo o ensino politécnico uma vertente privilegiada da Universidade de Cabo Verde, que também oferece cursos profissionais pós-secundário, são esperados para o ensino técnico, ganhos adicionais em matéria de especialização e de investigação. E assim, com a dinâmica imprimida pela tutela da Formação Profissional, com a parceria pública e privada e com o “comprometimento” do mundo laboral e empresarial, Cabo Verde está cada vez mais perto de poder colocar funcionalmente de pé, de forma eficaz e sustentável, dois importantes pilares de sustentação do irreversível processo de desenvolvimento do país: um sistema integrado de Educação – Formação – Emprego e um Sistema Nacional de Qualificações.

O **Ensino Superior (ES)** encontra-se actualmente na fase de consolidação e de expansão, registando abertura de novas escolas, sobretudo privadas, e o funcionamento de novos cursos. A Universidade Pública de Cabo Verde, um velho sonho agora materializado, configurada para a coexistência do Ensino Universitário e Politécnico, privilegiando a formação em rede, encontra-se em fase de consolidação, assenta no pressuposto de que ela deve contribuir para um ensino competitivo e de qualidade, para a redução da pobreza e para a produção de conhecimentos de suporte ao desenvolvimento sustentado do país. Por outro lado, a Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência (DGESC), vem sendo reforçada para assumir, na plenitude, as suas competências nos domínios da definição de políticas educativas para o ensino superior e da regulação e fiscalização deste ensino.

Para além de poder permitir o incremento da formação de quadros no país, e os números assim o confirmam, o Ensino Superior, no país, surge como uma opção estratégica de crescimento progressivo da oferta nacional e conseqüente redução da procura de cursos no exterior que até a bem pouco tempo se apresentava como única alternativa para os estudantes cabo-verdianos. Presentemente, as inscrições nas instituições superiores no país são superiores às registadas no exterior. Cerca de 8467 estudantes frequentam actualmente as instituições superiores, no país, em diferentes áreas académicas. O aproveitamento das competências cabo-verdianas residentes no país e no estrangeiro e a cooperação com instituições de ensino superior de outros países, revelam-se fundamentais e estratégicas para a Universidade Pública de Cabo Verde e para o desenvolvimento de uma política nacional de Ciência e Tecnologia.

Tendo em atenção a realidade geográfica do país e a parceria em matéria de formação de quadros e de investigação em rede, o Ensino a Distância aparece como uma grande aposta para a Universidade Pública de Cabo Verde e para o Ensino Superior no país,

devendo a Rádio e Novas Tecnologias Educativas (RNTE), a ser, num futuro próximo, a Radiotelevisão e Novas Tecnologias Educativas, desempenhar papel preponderante. Por outro lado, regista-se a implementação de medidas que visam o reforço de mobilização para as áreas de estudo ligadas às Novas Tecnologias, às matemáticas e outras ciências puras e também da saúde, para além do reforço do ensino das línguas, já em curso, sem prejuízo para as formações ainda circunscritas às vertentes humanística e socio-económica,

Constitui, portanto, um desafio para o país, o desenvolvimento de um Ensino Superior, inserido num quadro normativo-jurídico, competitivo e de qualidade no qual se integra o funcionamento da Universidade Pública de Cabo Verde como uma instituição de referência e o estabelecimento de parceria com instituições privadas, nacionais e estrangeiras que devem oferecer aos jovens um ensino cada vez de maior qualidade e competitivo

A **Educação de Adultos**, abrangendo as componentes de Alfabetização e Pós Alfabetização, é orientada para a promoção do desenvolvimento pessoal e social. Em termos de população analfabeta, segundo os dados do QUIBB** 2007, hoje, a taxa do analfabetismo situa-se a menos de 20% contra os 63% em 1975 e 25% em 2000, não obstante a disparidade social geográfica. Por exemplo, na faixa etária até 25 anos essa taxa situa-se entre 2 a 3%. O objectivo é o de reduzir para 5% a taxa do analfabetismo na faixa dos 15 ao 49 anos, até 2015.

A Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA), promove a elevação do nível escolar e cultural de jovens e de adultos numa perspectiva de educação permanente e de formação profissional e por isso proporciona a educação básica adultos que abrange a alfabetização, pós-alfabetização, a aprendizagem e acções de formação profissional (nível 1 e 2), para o exercício de uma profissão e auto-emprego, para além do Ensino Recorrente destinado a jovens e adultos. A acção formativa da DGAEA, recentemente formatada na Direcção de Educação e Formação de Adultos pela nova Orgânica do Ministério da Educação, tem sido determinante e com muito impacto junto da camada jovem, onde se verificam ganhos indiscutivelmente reconhecidos nos últimos cinco anos, com impacto positivo no combate à pobreza, traduzindo-se na capacitação profissional – presencial e a distância – de cerca de 15.000 jovens aptos para o exercício de uma profissão e para o auto-emprego. A implementação do seu Desenho Curricular de Educação e Formação de Adultos, baseado em competências, com o sucesso que se espera, constitui um importante desafio a ser ganho pela Direcção Geral da Educação e Formação de Adultos.

Cabo Verde está a pouco menos de um ano de assinalar os seus 35 anos de independência. Hoje o país é bem diferente daquele herdado em 1975. A luta do povo cabo-verdiano e dos seus dirigentes, não sendo fácil, tem sido, no entanto, vitoriosa e positivamente avaliada, em nível internacional. Apesar dos resultados animadores, reconhecidos e que justificam plenamente os sacrifícios consentidos e o apoio e a solidariedade internacional, os desafios ainda são muitos e exigem cada vez mais trabalho abnegado, com a determinação de vencer e ganhar a batalha do desenvolvimento sustentado. Os ganhos em Educação, de 1975 até ao presente, são inegáveis e deles só pode o cabo-verdiano sentir-se orgulhoso. Na última auscultação à população cabo-verdiana feita pelo Instituto Nacional de Estatísticas, 80% dos cabo-verdianos reconheceram muito satisfatoriamente a qualidade da Educação. Mas, mesmo assim os desafios continuam ainda “desafiadores”, redobrando a firme vontade de lutar e vencer.

É verdade que, com a ajuda e a solidariedade dos países e instituições amigos, o cabo-verdiano construiu um país, hoje viável, e que para muitos, parecia tarefa quase impossível. A realidade de hoje mostra a clarividência das opções estratégicas e a eficácia das medidas adoptadas. Mas o engajamento e o comprometimento com a Educação e com o futuro de Cabo Verde é cada vez mais uma exigência e um imperativo nacional. Por isso, existe a consciência clara de que o desenvolvimento de Cabo Verde passa, necessariamente, por um ensino e uma formação profissional cada vez mais de qualidade, alicerçados em novas tecnologias, competitivos e modernos, capazes de permitir ao jovem cabo-verdiano de hoje e também às próximas gerações, conhecimentos que servem de motor do desenvolvimento pessoal bem como do país, e de instrumento de progresso e de competitividade, em Cabo Verde e no mundo, sobretudo agora que o país integra o grupo de Países de Rendimento Médio. Disso resulta para o Ministério da Educação e Ensino Superior um quadro de **desafios e perspectivas**, próprias de um país que recentemente ascendeu a esse grupo de Países, o que responsabilmente o seu colectivo assume, em consonância com os grandes Objectivos do Milénio previstos, da Educação para Todos e ainda os direccionados para a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza que, com certeza, serão atingidos.

Para além dos desafios anteriormente enunciados, outros ainda o Ministério da Educação e Ensino Superior abraça com firmeza, determinação e com a convicção do sucesso porque constituem objectivos estratégicos e orientadores da acção educativa para o futuro próximo. São eles: **(1)** a melhoria da qualidade de um ensino cada vez mais

competitivo, com base na, modernização e sustentabilidade do Sistema Educativo; **(2)** a continuidade do reforço da formação e capacitação de agentes educativos nos diferentes níveis e subsistemas educativos e a melhoria das carreiras docentes; **(3)** o funcionamento integrado do Sistema Educativo e a adopção de praticas pró-activas e de gestão de excelência; **(4)** o desenvolvimento de uma politica de boa governança das escolas que constituem um parque escolar moderno e atractivo e o acesso das mesmas às novas tecnologias de comunicação e informação; **(5)** o desenvolvimento de um Ensino Superior, inserido num quadro normativo-jurídico, competitivo e de qualidade no qual se integra o funcionamento da Universidade Pública de Cabo Verde como uma instituição de referência e de parceria com as instituições privadas, nacionais e estrangeiras, na oferta de um ensino de qualidade; **(6)** o reforço do combate ao analfabetismo, com recurso à formação a distância, na linha de uma redução gradual da taxa de analfabetismo (actualmente de 20,4%), de modo a que em 2015 se atinja a taxa de 5% na faixa dos 15 aos 49 anos; **(7)** o reforço de mecanismos de segurança e integridade dos espaços educativos e o fomento do cultivo de valores da democracia, da cultura da paz, da solidariedade e da cidadania; **(8)** a cultura digital e o reforço nos domínios da gestão, planificação, avaliação e capacitação técnica; **(9)** o cumprimento integral dos Objectivos do Milénio, e a melhoria dos indicadores de qualidade responsáveis pela eleição de Cabo Verde como PRM, continuando a Educação a ser, indiscutivelmente, o principal alicerce do desenvolvimento global destas “afortunadas” ilhas do Atlântico.

E com o dinamismo e a determinação das lideranças politica e técnicas, pilotando a grande Equipa de profissionais da Educação, acreditamos que estes importantes e estratégicos objectivos serão, a seu tempo, plenamente conseguidos.

Cabo Verde está, na verdade, a viver um bom momento, um momento impar da sua história de pais em afirmação ascendente. E é por isso que os cabo-verdianos, com os pés bem fincados no “sagrado” chão destas ilhas da Morabeza, ainda que com generosos filhos seus, espalhados pelos quatro cantos do mundo, conscientes da obra feita, estão, igualmente cientes do muito que ainda há por fazer. Sendo a população cabo-verdiana essencialmente jovem (59,3%, dos zero aos 24 anos), e estando ela disposta a vencer os desafios, construindo, de forma determinada, novas respostas por que clama um Cabo Verde moderno, competitivo e empreendedor, ao jovem cabo-verdiano empenhado na construção do seu pais, dizemos, apenas para concluir este artigo, “Agarra o momento e

Constrói o teu Futuro”. Este o lema, eleito de forma feliz, para o ano lectivo que agora começou para os milhares de crianças e jovens cabo-verdianos.

****QUIBB - Questionário Unificado de Indicadores Básico de Bem-estar**

Recebido em: 12/10/2009

Aceito para publicação em: 19/10/2009